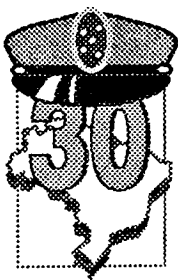


Suicídios políticos

JOSÉ MURILO DE CARVALHO *

A democracia no Brasil parece produzir estranha tendência para a autodestruição de indivíduos e de instituições. Houve suicídio em 1954, houve suicídio em 1964, está havendo suicídio em 1994. Três suicídios em 20 anos de governo democrático é taxa preocupante.



Em 1954, matou-se o presidente da República. Se usamos a bela imagem de Kantorowicz sobre os dois corpos do rei, aplicada recentemente por Luís Eduardo Soares aos presidentes da República, podemos dizer que Vargas matou seus dois corpos, o físico e o político. A eliminação do corpo físico deu a seu gesto transparência absoluta e o ungiu com a grandeza do drama. A coincidência das duas mortes projetou o presidente para o domínio do imaginário, onde seu corpo político ressurgiu dos mortos e vive como estrela-guia para uns, como fantasma para outros. Derrotou na morte os inimigos e a democracia sobreviveu.

Em 1964, o presidente, renunciando, matou apenas seu corpo político. A sobrevivência da pessoa física privou o gesto da grandeza dramática e do caráter inequívoco. Teria sido mesmo um suicídio político? É minha convicção que sim: as evidências são abundantes.

Na época, ninguém podia duvidar de que um golpe estava em andamento. Ele era anunciado pelas manchetes dos jornais, pelos microfones das rádios, pelas tribunas parlamentares. Ou melhor, os golpes eram anunciados. O governo denunciava o golpe da oposição de direita; a oposição de direita denunciava o golpe do governo; a esquerda radical denunciava o golpe da direita e do governo e era acusada pela direita e pelo governo de preparar seu próprio golpe. Do ponto de vista do presidente, não havia como ignorar que sua destituição estava sendo preparada por lideranças civis e militares. Bastava ler os jornais. Vários conspiradores militares, como os generais Odílio Denis e Góes de Farias, confessaram mais tarde que tramavam abertamente desde a posse de Goulart em 1961. Informações sobre a conspiração eram também levadas ao presidente pelo Serviço Federal de Informação e Contra-Informação, de saudosa ineficiência.

Apesar de tudo isto, era desconcertante o descuido de Goulart com sua autopreservação política. Na estratégica área militar, o descuido era simplesmente incompreensível. Ele permitiu que a deterioração da disciplina e a quebra da hierarquia chegassem a um ponto insustentável. Em maio de 1963, o cunhado do presidente, Leonel Brizola, já incitava soldados a pegar em armas e atacava o ministro da Guerra, general A. Kruehl, e outros generais. Em resposta, 600 oficiais desagravaram o ministro no Clube Militar. Em julho, pára-quedistas ameaçaram saltar sobre o Congresso em protesto contra demora na votação de aumento salarial. Em setembro, sargentos da Marinha e da Aeronáutica revoltaram-se em Brasília e tomaram bases aéreas em São Paulo. Em dezembro, 30 oficiais da Marinha protestaram contra a nomeação do almirante Aragão para o comando do Corpo de Fuzileiros Navais, alegando falta de idoneidade moral. A 13 de março de 1964, seis mil soldados do Exército foram usados para proteger o comício da Central pelas reformas de base, no qual se ouviram discursos radicais, como o do cunhado do presidente, que pedia o fechamento



do Congresso e a convocação de uma assembleia constituinte. A 25 de março, começou a revolta dos marinheiros, reunidos na sede do sindicato dos metalúrgicos. O ministro da Marinha demitiu-se e o presidente nomeou um substituto, que mandou libertar os marinheiros. Vitoriosos, eles desfilaram pela Av. Getúlio Vargas carregando nos braços o almirante Aragão. Em represália, cerca de três mil oficiais da Marinha se negaram a retornar aos postos antes que a disciplina fosse restabelecida. Finalmente, a gota d'água: a 30 de março, o presidente compareceu à festa dos sargentos da PM do Rio, realizada no Automóvel Clube. Ao lado do provocador "cabo" Anselmo, ele leu um discurso contundente escrito por Luís Carlos Prestes.

Não faltaram avisos e conselhos de amigos e aliados. Os generais que o apoiavam reuniram-se a 22 e 24 de março e recomendaram a substituição do ministro da Guerra, que se achava hospitalizado, e mudanças de comando no I e III Exércitos, considerados pouco confiáveis. Nenhuma das sugestões foi aceita. A 30 de março, Tancredo Neves fez discurso emocionado, pedindo que o presidente não comparecesse à reunião dos sargentos. Ministros fizeram o mesmo apelo. O presidente não os ouviu. No dia 31 de março, quando as fracas e mal armadas tropas do general Mourão Filho já tinham iniciado a marcha para o Rio, foram vários os apelos no sentido de que o presidente fizesse um gesto de conciliação em troca da preservação de seu mandato. Para só citar os militares: procurou-o em palácio o chefe do Emfa, general Pery Bevilacqua, que falou em nome do órgão que dirigia e de outros generais; telefonou-lhe o general A. Kruehl de seu posto-chave no comando do II Exército. De nada valeram os apelos.

Firme decisão de resistir? Não. A única ordem sensata dada a 31 de março foi a de prender o general Castelo Branco, chefe do Estado-Maior do Exército e líder reconhecido da revolta. A ordem não foi cumprida sob o estranho argumento de que o general

ameaçara suicidar-se caso fosse preso! Mais um suicídio... A 31 de março, dia do início da revolta, o ministro da Guerra, general Jair Dantas Ribeiro, estava hospitalizado e o chefe do gabinete militar, general Assis Brasil, há algum tempo enfrentava sérios problemas domésticos que o tinham levado a excessos de bebida. As tropas enviadas para combater as do general Mourão Filho receberam ordens do presidente de evitar derramamento de sangue! A 2 de abril, já em Porto Alegre, diante da garantia do general Ladário de que ainda era possível resistir, o presidente insistiu em não provocar luta fratricida. Renúncia à resistência, renúncia à autodefesa, renúncia à preservação do corpo político, com preservação do corpo físico. Suicídio sem drama e sem glória, morte sem ressurreição. O presidente foi derrotado pelos inimigos e com ele soçobrou a democracia.

Em 1994, a originalidade está em que a tendência suicida não se manifesta em indivíduo, mas em uma coletividade, os congressistas. Quanto mais aumentam seus índices de rejeição popular, mais parecem eles esmerar-se em afrontar a opinião pública. Parece haver um pacto de morte política em que não há nem o drama nem a grandeza de 1954. Nem mesmo a dignidade da simples renúncia, como em 1964. O Congresso, o corpo político, é sufocado pela hipertrofia do corpo físico de seus membros, deformado em corpo fisiológico. São tão menos dignos os motivos do suicídio atual quanto são mais sérias suas consequências para a democracia. Nem mesmo suicidas se fazem mais como antigamente.

Euclides da Cunha concluiu *Os Sertões* lamentando que não houvesse um Maudsley para explicar os crimes das nacionalidades. Cabe-nos, ao final desses 30 anos, lamentar que não exista um Freud para explicar as loucuras nacionais.

* Professor do IUPERJ, pesquisador do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, é autor de *Os bestializados e A formação das almas: O imaginário da República no Brasil*